

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA-RJ

## PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO -AEE

- ✓ Português
- ✓ Redação Discursiva
- ✓ Legislação Educacional
- ✓ Conhecimentos Gerais do Município
- ✓ Conhecimentos Específicos

DE ACORDO COM O EDITAL N° 001/2026



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA-RJ**

**Professor de Atendimento  
Educativo Especializado - AEE**

# APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE de acordo com o Edital nº 001/2026, da Prefeitura Municipal de Saquarema - RJ.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *IBAM*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca, além de um complemento com questões inéditas, preparadas por profissionais da área para melhor atender às necessidades do edital e aproximar a prática do estilo de cobrança das bancas.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



# AVISO IMPORTANTE

**ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE  
ADQUIRIR  
A VERSÃO  
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO  
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

**QUERO MATERIAL COMPLETO!**

# SUMÁRIO

PORTUGUÊS .....	9
■ LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS.....	9
■ MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO .....	12
DESCRITIVO, NARRATIVO, ARGUMENTATIVO, INJUNTIVO, EXPOSITIVO E DISSERTATIVO.....	13
■ GÊNEROS DO DISCURSO: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO DOS ELEMENTOS BÁSICOS .....	17
■ COESÃO E COERÊNCIA: MECANISMOS, EFEITOS DE SENTIDO NO TEXTO.....	23
■ RELAÇÃO ENTRE AS PARTES DO TEXTO .....	28
CAUSA, CONSEQUÊNCIA, COMPARAÇÃO, CONCLUSÃO, EXEMPLIFICAÇÃO, GENERALIZAÇÃO, PARTICULARIZAÇÃO .....	28
■ CONECTIVOS: CLASSIFICAÇÃO, USO, EFEITOS DE SENTIDO .....	29
■ FUNÇÕES E CLASSES DE PALAVRAS .....	29
FLEXÃO NOMINAL.....	30
PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO .....	35
VERBOS: PESSOA, NÚMERO, TEMPO E MODO.....	38
FLEXÃO VERBAL.....	39
Vozes Verbais.....	41
■ ESTRUTURA, CLASSIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PALAVRAS .....	45
■ SINTAXE DO PERÍODO SIMPLES .....	50
COORDENAÇÃO .....	56
SUBORDINAÇÃO.....	57
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	60
■ TRANSITIVIDADE VERBAL E NOMINAL.....	62
■ FIGURAS DE LINGUAGEM .....	63
■ FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	67
■ SINÔNIMOS, ANTÔNIMOS, PARÔNIMOS E HOMÔNIMOS.....	69
■ ORTOGRAFIA.....	71
ACENTUAÇÃO GRÁFICA .....	71
PONTUAÇÃO: REGRAS E EFEITOS DE SENTIDO .....	72

■ CRASE .....	76
■ RECURSOS GRÁFICOS: REGRAS, EFEITOS DE SENTIDO .....	78
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	95
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	95
LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.....	129
■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI FEDERAL Nº 8.069/90.....	129
■ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO - LEI FEDERAL Nº 9.394/96.....	184
■ LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO - LEI FEDERAL Nº 13.146/15 .....	212
■ LEI Nº 15.388, DE 14 DE ABRIL DE 2026, QUE APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, INCLUSIVE ANEXOS.....	234
■ PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAQUAREMA.....	246
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	249
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA E AFRICANA – RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1/2004 .....	256
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	259
■ RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3, DE 8 DE ABRIL DE 2025, QUE INSTITUI AS DIRETRIZES OPERACIONAIS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA .....	264
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS.....	265
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 220, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025, QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (SNE) E FIXA NORMAS PARA A COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS.....	268
■ DECRETO Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E A REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, E DECRETO Nº 12.773, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2025, QUE O ALTERA.....	271
■ LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024, QUE INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A VIOLÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS E SIMILARES .....	277
■ LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003, QUE INCLUI NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA .....	281

<b>LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008, QUE INCLUI NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA .....</b>	<b>283</b>
---	------------

<b>CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>289</b>
--	------------

<b>DADOS E INFORMAÇÕES COM BASE NO DOCUMENTO “CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE SAQUAREMA” .....</b>	<b>289</b>
---	------------

<b>PARTE 1 - ORIGEM E DADOS HISTÓRICOS DA REGIÃO ONDE SE SITUA HOJE O MUNICÍPIO DE SAQUAREMA.....</b>	<b>289</b>
---	------------

As Primeiras Ocupações, Evolução Histórica, Econômica e Administrativa e Fatos e Eventos Relevantes ao Longo do Tempo.....	289
Características Urbanas e Configurações Atuais do Município .....	290
Equipamentos e Serviços .....	290
Atividades Econômicas Predominantes.....	290
Patrimônio Natural, Histórico, Material e Imaterial.....	290
Espaços de Destaque nas Áreas de Cultura, Esportes e Turismo, Datas Comemorativas, Atrações e Eventos .....	291
Roteiros Locais .....	291
Posição do Município na Divisão Regional Turística do Estado e sua Classificação .....	291
Personalidades do Município e Visitantes Ilustres.....	291
Informações sobre Aspectos Físicos e Geográficos do Município: Área, Altitude, Localização, Distritos, Limites Municipais, Vias de Acesso .....	291
Clima, Relevo e População .....	292
Sistemas Costeiro, Lagunar e Hidrográfico.....	292
Parques, Unidades de Conservação e Áreas de Proteção Ambiental Locais e da Região .....	292

<b>PARTE 2 - ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SAQUAREMA CONFORME SUA LEI ORGÂNICA: AUTONOMIA, PODERES E SÍMBOLOS MUNICIPAIS.....</b>	<b>292</b>
--	------------

Divisão Administrativa do Município .....	293
Competências Municipais: Privativas, Comuns e Suplementares .....	294
Vedações .....	295
Organização dos Poderes: Câmara e Prefeitura.....	295
Câmara Municipal.....	297
Funções .....	297
Conceitos sobre Mandato, Legislatura, Sessão Legislativa.....	298
Sessões Ordinárias e Extraordinárias e Funcionamento.....	298
Comissões Permanentes e Especiais .....	298
Competências Privativas.....	299
Posse .....	299
Prefeito Municipal.....	300
Competências Privativas, Leis de sua Iniciativa e Atos de Competência do Prefeito e seus Conteúdos Específicos .....	300

Substituição e Proibições.....	301
Auxiliares Diretos .....	301
Julgamento de Crimes e Infrações do Prefeito e Licenças .....	302
<b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>305</b>
■ <b>EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEITO, EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS ATUAIS.....</b>	<b>305</b>
■ <b>A QUESTÃO DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....</b>	<b>307</b>
■ <b>FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS, PEDAGÓGICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....</b>	<b>308</b>
■ <b>LEGISLAÇÃO E SUAS ATUALIZAÇÕES .....</b>	<b>314</b>
<b>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL .....</b>	<b>314</b>
<b>LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA .....</b>	<b>318</b>
<b>DECRETO Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E A REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E DECRETO Nº 12.773, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2025, QUE ALTERA O DECRETO Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025 .....</b>	<b>323</b>
<b>LEI Nº 14.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DISLEXIA OU TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH) OU OUTRO TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM.....</b>	<b>330</b>
<b>LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....</b>	<b>331</b>
<b>DECRETO Nº 6.949, DE 25/08/2009 - PROMULGA A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEU PROTOCOLO FACULTATIVO, ASSINADOS EM NOVA YORK, EM 30/03/2007 .....</b>	<b>331</b>
■ <b>BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR .....</b>	<b>342</b>
■ <b>ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....</b>	<b>353</b>
■ <b>TRANSTORNOS, DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E ALTAS HABILIDADES.....</b>	<b>356</b>
■ <b>A SOCIEDADE, A ESCOLA E A FAMÍLIA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA .....</b>	<b>362</b>
■ <b>DESAFIOS ATUAIS NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL .....</b>	<b>363</b>
■ <b>FLEXIBILIZAÇÕES E ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES EDUCACIONAIS DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA .....</b>	<b>366</b>
■ <b>TECNOLOGIAS ASSISTIVAS .....</b>	<b>369</b>
■ <b>COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA.....</b>	<b>370</b>

# PORTUGUÊS

## LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

### I INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

#### Dica

**Interpretar** é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que focuem nas formas de inferência sobre um texto.

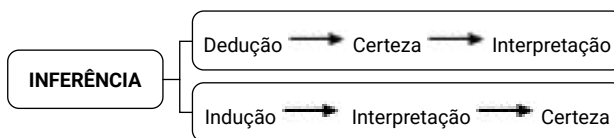
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

### I A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

# REDAÇÃO DISCURSIVA

## INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

### DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

#### Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

#### Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

#### Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

#### O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

# LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

## ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI FEDERAL Nº 8.069/90

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a lei responsável pela defesa legal dos direitos das crianças e dos adolescentes e pela responsabilização daqueles que não cumprem as determinações legais.

Assim, todos os direitos básicos e fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente têm respaldo constitucional, especificamente no art. 227. Veja:

**Art. 227 (CF, de 1988)** *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

Dessa forma, o ECA é importante juridicamente porque reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e assegura que eles sejam tratados de acordo com as suas especificidades e necessidades. Ele prevê, por exemplo, a proteção integral à saúde, à educação, à cultura, ao lazer e à convivência familiar e comunitária.

Além disso, estabelece, também, medidas de proteção em casos de violência, abuso ou exploração de crianças e adolescentes, além de prever a aplicação de medidas socioeducativas para os jovens que cometem atos infracionais, com o objetivo de responsabilizá-los por seu comportamento e de promover a sua reintegração à sociedade.

Em resumo, o Estatuto da Criança e do Adolescente é um marco legal que reconhece os direitos e a dignidade das crianças e adolescentes brasileiros e estabelece uma série de obrigações e responsabilidades para garantir a sua proteção e desenvolvimento integral.

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As disposições preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente estão contidas nos arts. 1º a 6º. Vemos que o principal objetivo do referido estatuto está descrito em seu art. 1º, qual seja: a **proteção integral à criança e ao adolescente**.

**Art. 1º** *Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.*

Essa proteção é uma doutrina, inclusive constitucionalmente estabelecida, tal a importância de

instituto, sendo indispensável ter em mente a literalidade disposta no art. 227, da Constituição Federal.

Conforme o artigo citado, a proteção integral é **dever da família, da sociedade e do Estado**, e indica que nada deve faltar à criança e ao adolescente em todas as suas necessidades essenciais.

Na interpretação dos dispositivos do ECA, é necessário levar em conta os **fins sociais** aos quais eles se dirigem, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

O critério que define quem é legalmente considerado criança ou adolescente é a idade.

O ECA estabelece, em seu art. 2º, que são crianças aqueles que possuírem **até 12 anos incompletos** (11 anos e 11 meses) e adolescentes aqueles com idade de 12 a 18 anos. Vejamos:

**Art. 2º** *Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.*

*Parágrafo único.* *Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.*

O parágrafo único apresenta uma exceção à regra relativa ao critério etário, ao estabelecer que, **excepcionalmente**, o Estatuto da Criança e do Adolescente poderá ser aplicado a pessoas entre **18 e 21** anos de idade.

Esta determinação possui relação direta com duas disposições estatutárias: a primeira é o art. 40, do ECA, que prevê a aplicação do parágrafo único, do art. 12, nos casos de jovens entre 18 e 21 anos de idade que, à época do pedido de adoção, já se encontravam sob a guarda e tutela dos adotantes; a segunda é o § 5º, do art. 121, também do ECA, que prevê a aplicação de medidas socioeducativas de internação e de manutenção do jovem sob a custódia do Estado até os 21 anos de idade.

**Art. 40** *O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.*

**Art. 121 [...]**

*§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.*

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) adota a corrente que entende que há uma distinção entre as esferas cíveis e penais. Portanto, com o advento do Código Civil, de 2002, o ECA não se aplica aos maiores de 18 anos. Contudo, em relação aos aspectos infracionais, aplica-se o parágrafo único, do art. 2º, do ECA, uma vez que o próprio estatuto prevê liberação compulsória aos 21 anos de idade.

### PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

O ECA estabelece três princípios fundamentais:

# CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

## DADOS E INFORMAÇÕES COM BASE NO DOCUMENTO "CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE SAQUAREMA"

### PARTE 1 - ORIGEM E DADOS HISTÓRICOS DA REGIÃO ONDE SE SITUA HOJE O MUNICÍPIO DE SAQUAREMA

Conhecimentos sobre o Município de Saquarema reúne o conjunto de informações históricas, geográficas, econômicas, culturais e administrativas que identificam a cidade e a distinguem dos demais municípios fluminenses. O estudo parte do documento de referência organizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal e se apoia em dados oficiais do IBGE, da Prefeitura e dos órgãos ambientais e de turismo do Estado do Rio de Janeiro.

O domínio desse conteúdo permite ao candidato situar Saquarema no tempo e no espaço e compreender como um povoado litorâneo de pescadores se tornou município emancipado e, hoje, destino turístico de alcance nacional. Mais do que memorizar números isolados, importa articular a formação histórica, a base física do território e o perfil socioeconômico atual, para que cada dado faça sentido dentro do conjunto.

O percurso do estudo cobre a origem indígena e colonial do território, a emancipação de 1841 e os ciclos econômicos que moldaram a cidade, a configuração territorial atual com seus equipamentos, serviços e atividades econômicas, o patrimônio, a cultura, o esporte e o turismo, a posição de Saquarema na divisão regional turística do Estado, suas personalidades e seus aspectos físicos e geográficos. Para fins de concurso, merecem atenção as datas e os atos da emancipação, os limites e distritos, o sistema lagunar, as unidades de conservação e as alcunhas que projetam o município no cenário nacional.

#### As Primeiras Ocupações, Evolução Histórica, Econômica e Administrativa e Fatos e Eventos Relevantes ao Longo do Tempo

#### ● Ocupação Originária e Período Colonial

Antes da chegada dos europeus, o litoral onde hoje fica Saquarema era ocupado por populações indígenas de tradição tupi, associadas aos Tamoios, que viviam da pesca, da coleta de moluscos e frutos e de um cultivo rudimentar. Os vestígios mais antigos dessa presença são os sambaquis, montes formados por conchas, restos de alimentos e sepultamentos, que atestam a ocupação humana da orla lagunar há milhares de anos.

O próprio topônimo guarda essa origem indígena, pois Saquarema deriva da expressão tupi *socó-rema*, que designava os bandos de socós, aves pernaltes então abundantes na lagoa. A liderança local é tradicionalmente atribuída ao chefe Sapuguaçu, e a memória desses primeiros habitantes permanece ligada à lagoa, que organizou a vida econômica e simbólica da região muito antes da colonização.

Com a expansão portuguesa, as terras passaram a integrar a Capitania de São Vicente, doada a Martim Afonso de Souza, que percorreu o litoral em 1531. A ocupação efetiva, porém, foi lenta. Ao longo do século XVI, o avanço colonial e os conflitos com indígenas aliados aos franceses reduziram a população nativa, e a presença europeia se consolidou apenas com a distribuição de sesmarias.

Ao longo do século XVI, a aliança de grupos indígenas com os franceses e a reação dos colonizadores levaram ao quase extermínio dos Tamoios da região, em campanhas atribuídas ao governador Antônio Salema por volta de 1575. A partir de então, o povoamento luso-brasileiro avançou sem resistência indígena significativa, abrindo espaço para a ação das ordens religiosas e dos primeiros sesmeiros.

A Ordem do Carmo teve papel decisivo nessa fase, ao receber sesmarias na região em 1594 e instalar atividade agrícola e religiosa nas proximidades do atual Carmo e de Ipitangas. A ação dos religiosos e dos primeiros sesmeiros introduziu a lavoura e a criação, fixou núcleos de povoamento e preparou o território para a organização administrativa que viria nos séculos seguintes.

A lagoa funcionou desde sempre como eixo da ocupação, pois dela vinham o pescado e a circulação por canoas, e em torno dela se distribuíram as primeiras fazendas e capelas. Essa dependência da água, marítima e lagunar, acompanha toda a história de Saquarema, da aldeia indígena ao destino turístico contemporâneo.

#### ● Da Freguesia à Emancipação Político-Administrativa

O povoamento ganhou estrutura formal quando o arraial reunido em torno da devoção a Nossa Senhora de Nazareth foi elevado à condição de freguesia, em 1755. A criação da freguesia reconheceu o núcleo como unidade religiosa e administrativa, com a pesca já firmada como principal atividade econômica e a capela como centro da vida comunitária.

A tradição religiosa que deu nome à freguesia remonta a 1630, ano a que se associa a aparição da imagem de Nossa Senhora de Nazareth no litoral, episódio que fundou a devoção mariana e atraiu moradores para o entorno da capela. A construção da atual Igreja Matriz, concluída em 1837, consolidou esse núcleo como centro espiritual do município.

A emancipação político-administrativa ocorreu em 8 de maio de 1841, quando o Visconde de Baependi, então vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, elevou o arraial de Nossa Senhora de Nazareth de Saquarema à categoria de vila, desmembrando-o da Comarca de Cabo Frio. Essa data marca o nascimento do município e é celebrada como aniversário da cidade.

O reconhecimento como cidade veio em 1890, já no início do período republicano, consolidando o estatuto urbano da sede. Entre a vila imperial e a cidade

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não repetir aqui os conteúdos referentes a:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96)
- Estatuto da Criança e do Adolescente
- Lei Brasileira de Inclusão
- PME de Saquarema
- Lei 15.388, de 14 de Abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação

tendo em vista que eles já foram amplamente abordados na disciplina Legislação Educacional Cordialmente,

Nova Concursos.

## EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEITO, EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS ATUAIS

A educação especial, historicamente, esteve marcada por práticas excludentes e segregadoras. Durante décadas, pessoas com deficiência eram encaminhadas para instituições especializadas, afastadas do convívio escolar regular. Esse modelo começou a ser questionado a partir dos movimentos de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, que, alinhados aos princípios dos direitos humanos, passaram a defender uma educação inclusiva, capaz de atender às necessidades de todos no mesmo espaço educativo.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a educação especial deve ser parte integrante da proposta pedagógica da escola, ofertando serviços e recursos de apoio à aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial: pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essa política reforça que a inclusão escolar implica assegurar:

*[...] a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, eliminando barreiras que possam obstruir esses processos. (Brasil, 2008, p. 9)*

O paradigma inclusivo, portanto, se ancora em princípios como a valorização da diversidade, a equidade, a acessibilidade e o direito incondicional de todos à educação. É uma concepção que ultrapassa o simples acesso físico à escola, exigindo práticas pedagógicas capazes de atender às diferentes singularidades.

Segundo Sassaki (1997, p. 41), inclusão significa:

*[...] um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, de fato e de direito, as pessoas com deficiência e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.*

Assim, a educação especial na perspectiva inclusiva não se restringe à inserção de estudantes com deficiência nas classes comuns, mas envolve profundas transformações na cultura escolar, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais.

## POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

As possibilidades da educação especial inclusiva se concretizam quando a escola assume, de fato, o compromisso com a diversidade e com o desenvolvimento de todos os estudantes. Isso se manifesta na adoção de práticas pedagógicas diversificadas, no planejamento colaborativo, na utilização de recursos de acessibilidade, bem como na mediação de profissionais especializados.

Conforme Rodrigues (2006), o desenvolvimento de uma pedagogia inclusiva demanda uma abordagem centrada na flexibilização curricular, na utilização de múltiplas linguagens e na construção de ambientes de aprendizagem acessíveis, que favoreçam a participação ativa de todas as pessoas.

Entre as principais possibilidades, destacam-se:

- adaptação curricular e flexibilização das atividades;
- uso de tecnologias assistivas;
- atuação dos profissionais de apoio, como o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- formação continuada dos docentes para práticas inclusivas;
- criação de ambientes escolares acessíveis, física, pedagógica e comunicacionalmente.

No entendimento de Carvalho (2004, p. 36),

*[...] o conceito de escolas inclusivas pressupõe uma nova maneira de entender as respostas educativas, baseado na defesa dos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em escolas de boa qualidade.*


Portanto, as possibilidades da educação inclusiva se ampliam quando a escola se organiza de forma a garantir que todos aprendam, a partir do reconhecimento de que as diferenças são constitutivas do processo educativo.

## DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Apesar dos avanços legais e conceituais, a efetivação da educação especial inclusiva ainda encontra inúmeros desafios. Muitos deles estão relacionados à resistência cultural, à formação insuficiente de professores, à falta de recursos materiais e humanos e às limitações na acessibilidade física e pedagógica das instituições.


Mantoan (2006) alerta que a inclusão exige um rompimento com paradigmas enraizados, principalmente aqueles que associam deficiência à incapacidade

# MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO  
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS  
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS  
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS  
NO INSS 2022



## GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira  
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)